

NOTAS SOBRE A GEOGRAFIA URBANA BRASILEIRA

TORNOU-SE MODA NOS ÚLTIMOS TEMPOS O COMBATE AOS BRASILIANISTAS, COM CRÍTICAS VINDAS TANTO DA DIREITA (G. FREYRE, J. B. FIGUEIREDO), QUANTO DA ESQUERDA (J. HONÓRIO, J. SOUZA MARTINS). ELAS PARECEM AFIRMAR DESNECESSÁRIA A PRODUÇÃO SOBRE O BRASIL REALIZADA PELOS ESTUDIOSOS ESTRANGEIROS.

NA VERDADE, TAL PRODUÇÃO DEVERÁ CONTINUAR (SE BEM QUE ELA ESTÁ DECRESCENDO, INFELIZMENTE) E A IMPORTAÇÃO DE IDÉIAS DO ESTRANGEIRO CONTINUARÁ POR MUITO TEMPO, ENTRE OUTROS MOTIVOS PORQUE NOSSA PRODUÇÃO TEÓRICA É MUITO REDUZIDA. ALÉM DISTO, A IMPORTAÇÃO ESTÁ INTEGRADA À ESTRUTURA DA PRODUÇÃO INTELLECTUAL BRASILEIRA, QUE SE CARACTERIZA PELA EXISTÊNCIA DE MANDARINATOS (SURGEM NOVOS DE TEMPOS EM TEMPOS), QUE SUSTENTAM SUAS DOMINAÇÕES Á BASE DE CONTÍNUOS MODISMOS ABASTECIDOS DO EXTERIOR. POR OUTRO LADO, AS “CORPORAÇÕES” INTELLECTUAIS (A GEOGRÁFICA INCLUSIVE) RECRUTAM SEUS QUADROS NAS CLASSES MÉDIAS, SALVO EXCEÇÕES. TODOS SABEM QUE A CLASSE MÉDIA BRASILEIRA É MUITO INSTÁVEL ECONOMICAMENTE, VALE DIZER IDEOLOGICAMENTE. ELA OSCILA ENTRE OS INTERESSES OPOSTOS DAS CLASSES DOMINANTES E DAS CLASSES EXPLORADAS: MESMO QUE SEU CORAÇÃO ESTEJA COM ESTAS ÚLTIMAS, O SEU BOLSO ESTÁ COM AQUELAS, A CABEÇA SENDO OBRIGADA A “OPTAR” CONFORME A DIREÇÃO DOS VENTOS...

NÃO SE TRATA HOJE DE IMPORTAR OU NÃO IDÉIAS. A QUESTÃO CONSISTE EM TER POSIÇÃO INDEPENDENTE FRENTE AOS PODEROSOS DO DIA, POIS ASSIM SERÃO IMPORTADAS AS IDÉIAS CRÍTICAS, QUE DEVEM SER ASSIMILADAS CRITICAMENTE E NÃO SIMPLEMENTE REPETIDAS. ESTA POSIÇÃO EXPLICA PORQUE FOI POSSÍVEL A C. PRADO JR. E A P. P. GEIGER & M. G. COELHO MESQUITA PRODUZIREM EXCELENTE GEOGRAFIA URBANA HÁ MAIS DE 20 ANOS¹⁴⁸. ASSIM SENDO, É POSSÍVEL DIZER, EM VISTA DA

¹⁴⁸ Prado Jr., C. “Dois estudos sobre a cidade de São Paulo”, in *Evolução política do Brasil e outros estudos*, Brasiliense. Geiger, P. P. & Mesquita, M. G. Coelho estudaram os investimentos urbanos na Baixada fluminense, em *Estudos rurais da Baixada fluminense*, IBGE, 1956.

EVOLUÇÃO VIVIDA PELA GEOGRAFIA URBANA, COMO DE RESTO POR
TODAS AS CIÊNCIAS HUMANAS, QUE A QUESTÃO METODOLÓGICA
FUNDAMENTAL PRESENTE NO MUNDO TODO (E NÃO SÓ NO BRASIL) É A DA
OPÇÃO ENTRE A CIÊNCIA TÉCNICA E A CIÊNCIA CRÍTICA¹⁴⁹.

II

O esquema de estudos urbanos proposto por P. Monbeig¹⁵⁰, iniciando pelo conhecimento do sítio e situação, atendia às concepções geográficas então dominantes, de relações homem-meio, como na ênfase que se dava às idéias de gêneros de vida, destacando o “equilíbrio” homem-natureza (imobilismo), sem a intermediação do social (que é necessariamente contraditório). Estas concepções eram heranças da Europa pré-industrial e pré-revolução francesa. Assim, no fundo, elas eram aristocráticas, o que explica por que foram tão bem recebidas na USP da década de 1930, fundada pela aristocracia rural paulista, com o objetivo de se reproduzir culturalmente. Qualquer que seja a crítica a essas concepções, não se pode esquecer sua visão humanística, apesar de suas ilusões românticas e nostálgicas.

As idéias de P. George e de J. Tricat, que M. Rochefort estimulou no Brasil, contribuíram para um grande avanço do conhecimento das cidades, sobretudo no que se refere à hierarquia da rede urbana brasileira, inclusive dos investimentos industriais realizados a partir das grandes cidades no conjunto do território nacional. Mas a força dos compromissos sociais na Europa (social-democracia), como no Brasil (populismo) não facilitou a emersão dos fatores econômicos-sociais-políticos na explicação geográfica¹⁵¹. Na década de 1960, no Brasil, os geógrafos desconheciam as relações entre regiões homogêneas e polarizadas com fenômenos econômico-sociais (produção, consumo) e políticos (poder e interesse).

Quebrando o compromisso social brasileiro (1930-1964) e imposto o AI-5 rompeu-se de modo brutal a aparente unanimidade reinante na geografia brasileira. Produziu-se uma enxurrada de estudos-mercadorias, em série e de baixa qualidade (as mercadorias sob o capitalismo monopolista são de modo geral de baixa qualidade), quase todos banais,

¹⁴⁹ Ianni, O. *Sociologia e sociedade no Brasil*: Cap. XI, Alfa Omega, 1975. Goldmann, L. Ciências Humanas e filosofia, DIFEL, 5ª ed., 1976.

¹⁵⁰ Monbeig, P. O estudo geográfico das cidades, BG, 1843.

¹⁵¹ P. George desenvolveu relações entre formações sociais e cidades em *La ville*, PUF, 1952, assim como Tricat, J. *L'habitat urbain*, CDU, 1951; Rochefort, M. *L'organisation urbaine de l'Alsace*, 1960, fez progredir a geografia urbana; Dugrand, R. *Villes et campagnes em Bas-Languedoc*, PUF, 1963, que avançou numa visão social global das cidades permanece um ilustre desconhecido entre nós.

alguns atendendo às necessidades econômicas do poder, mesmo cabalísticos (49 cidades, 275 cidades) e outros atendendo às necessidades propagandísticas (*Evolução da estrutura espacial do Brasil* etc., AGB-Belém do Pará). Alguns setores da geografia brasileira deram combate a estas tendências irracionais e propõem caminhos que superem a geografia da época dos compromissos sociais.

A geografia humana como qualquer ciência social vai reconhecendo que seu campo de estudo é a sociedade. Para avançar precisamos hoje em dia tentar responder várias questões, entre elas: 1. a geografia deve aceitar o espacial como “sua” especialização e seu objeto principal? 2. devemos aceitar a crescente importância da explicação “econômica”? Nós achamos que a geografia humana deve ter por objeto o estudo da sociedade, por intermédio do espaço. Em outras palavras, o espacial não deve ser a “nossa” especialização: nós não devemos ter especialização, mas realizar uma geografia que seja ao mesmo tempo sociológica, histórica, econômica, política, antropológica. Por certo que a tradição do estudo do espaço não deve ser abandonada, mas enquanto não partimos para uma visão global do social (e portanto do espacial) correremos o risco da estagnação. Ao mesmo tempo devemos dar combate ao economicismo, a ideologia tanto do capitalismo monopolista (positivismo quantitativista em geografia), como da dominação stalinista, ambos interessados em escamotear o político, o social, em resumo as diferenças e as contradições¹⁵².

III

O que vem a ser a cidade? Em todas as civilizações (asiáticas, greco-romanas, árabes etc.) a cidade é fruto da divisão social do trabalho a partir das comunidades agrárias. Diferentemente do que imaginam os funcionalistas (Durkheim), as relações cidade-campo não são simples complementações de atividades, elas são geradas por desigualdades latentes e geram por seu turno novas desigualdades e conflitos de interesses. As cidades exploram os campos, retirando-lhes parte de suas produções a pretexto de proteção ou outra “razão” qualquer. A expressão região, como assinalou E. Juillard, provém de *régis*, significando a área de dominação de um rei, portanto um território tendo por centro uma

¹⁵² Amin, S. Introdução de *L'imperialisme et le développement inégal*, Minuit, 1976; Santos, M. Sociedade espaço: a formação social como teoria e como método, BPG, Nº 54; Goldmann, L. Ciências humanas e filosofia, DIFEL, 5º ed., 1976, Cap. I e II.

cidade coletora de impostos. A gênese da cidade é ao mesmo tempo a origem do Estado, das classes sociais, da civilização, da separação trabalho braçal-trabalho intelectual etc.¹⁵³

Se as cidades asiáticas estagnaram e as greco-romanas e árabes decaíram em vista de suas relações sociais frente aos campos dominados, as cidades da Idade Média européia nascidas independentes do poder real, voltadas para a produção artesanal e o comércio, sob a liderança da burguesia nascente, conseguiram somar os interesses dos camponeses, dos trabalhadores urbanos e mesmo dos reis, voltando-se para a conquista comercial (e depois industrial) do Mundo e para a conquista do poder político nacional (arrebatao aos senhores feudais). Deram início desde os séculos XVI e XVII às relações mundiais hoje conhecidas como centro-periferia, as quais podem ser reduzidas a simples complementações funcionais (Friedmann), como podem ser vistas em seu caráter fundamental de dominação e exploração, em qualquer escala territorial.

A expansão mundial das cidades européias dos séculos XVI-XVII-XVIII, ou seja, o movimento de acumulação primitiva do capital mercantil, criou na América Latina um tipo de cidade que já se esboçava nas partes meridionais da península Ibérica e Itália, ligada à força do latifúndio e à fraqueza do trabalhador rural e subordinada, a partir de controles externos, à exportação agrícola. Nascido como parte da divisão internacional do trabalho e como prolongamento do latifúndio e do poder político português, o Brasil fundou-se numa economia colonial exportadora, latifundiária e escravista.

O mercantilismo monopolista português necessitava controlar no Brasil umas poucas (monopólio) cidades litorâneas, ao mesmo tempo comerciais (exportação e importação) e político-administrativas (civis e militares). Enquanto o caráter exportador e dominador da colonização requeria a presença de cidades, o caráter latifundiário e escravista das relações de produção mostrou-se pouco urbanizador (apenas os grandes fazendeiros residiam nas cidades). Esta contradição entre as partes do sistema colonial resolveu-se pelo surgimento de poucas cidades litorâneas grandes (para a época) cercadas de “rural”. Pode-se dizer que a macrocefalia urbana nasceu com o Brasil, como decorrência do monopólio administrativo, comercial, fundiário.¹⁵⁴

Saltando do passado para o presente, notamos que uma análise das cidades do interior latifundiário do Brasil (de Belém do Pará até Bajé no Rio Grande do Sul) permite

¹⁵³ Lefèbvre, H. *O pensamento marxista e a cidade*, Ulisséia; Singer, P. *Economia política da urbanização*, Brasiliense, 1975; CERM. *Sobre o feudalismo*, Estampa, 1973.

¹⁵⁴ Prado Jr., C. *História econômica do Brasil*, Brasiliense; Stein, S. & Stein, B. *A herança colonial da América Latina*, Paz e Terra; Oliveira, Chico de. *Acumulação monopolista, estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes*, *Cadernos de Debate* Nº 3, Brasiliense, 1976.

constatar de maneira clara a força de permanência da nossa herança colonial (dominação estrangeira, latifúndio, fraqueza política dos trabalhadores etc.). Cidades de residência de grandes proprietários rurais, político-administrativas (civil e militar) e de grande comércio subordinado (e em grande parte apropriado pelas firmas extra-regionais nacionais e estrangeiras), apresentam fortes traços de exploração (e parasitismo) da produção agrária do mundo rural dominado. Sem autonomia, as classes e camadas dominantes destas cidades aliam-se mais e mais às grandes empresas estrangeiras e nacionais que atuam a partir de São Paulo e outras poucas cidades industriais¹⁵⁵.

IV

Originários de um sistema latifundiário-escravista-exportador dominado pelo capital comercial europeu, chegamos ao sistema capitalista subdesenvolvido industrializado, onde dominam as leis de funcionamento do modo de produção capitalista, em crescente expansão. Assim sendo, as cidades brasileiras tendem cada vez mais a se definir pelo binômio de classes antagônicas: burgueses (proprietários dos meios de produção) e trabalhadores assalariados (vendedores de sua força-de-trabalho), sendo que o capital, como relação social que é, tende a se reproduzir permanentemente (a acumulação do capital é lei fundamental do capitalismo), em ciclos de ascensão econômica e concentração do capital seguidos de depressão econômica e centralização do capital.¹⁵⁶

A fase mais recente de expansão do capitalismo no Brasil (de 1968 em diante) está marcada por extraordinária acumulação,¹⁵⁷ acompanhada de forte abaixamento do nível de vida dos trabalhadores, com numerosos reflexos na vida urbana: aceleração do crescimento das cidades (especialmente as de mais de 100.000 habitantes), aceleração das migrações rurais-urbanas, crise dos equipamentos urbanos chamados sociais (água, esgoto, transporte de massa etc.), aumento das favelas e da mortalidade infantil, multiplicação dos bairros luxuosos etc.

Paralelamente, o capitalismo industrial desenvolve-se desigualmente do ponto de vista espacial, favorecendo as áreas ricas (onde a acumulação se acelera) e drenando recursos das áreas pobres. Este processo foi popularizado pela expressão “causação

¹⁵⁵ Macciocchi, M. A. *A favor de Gramsci*, Paz e Terra. Ver a análise a respeito das cidades do sul da Itália no Cap. 4; Oliveira, F. *Elegia para uma re(li)gião.*, Paz e Terra, 1977.

¹⁵⁶ Marx, K. *O capital, crítica da economia política*. Civilização Brasileira; Luxemburgo, R. *A acumulação do capital*, Zahar.

¹⁵⁷ Tomando duas empresas de Presidente Prudente (São Paulo), temos que a Transportes Andorinha passou de 27 ônibus em 1967 a mais de 500 em 1977, e a Brasimac (comércio de eletrodomésticos e móveis) passou no mesmo período de 8 para 33 lojas.

circular cumulativa” de Gunnar Myrdal. Além disto o capitalismo amplia mais e mais a divisão social e territorial do trabalho pela crescente mercantilização, penetrando nas atividades de menor composição orgânica de capital. Vale dizer que na rede urbana as grandes cidades tendem a atrofiar as médias e as pequenas (estas atingidas também pela crescente concorrência e apropriação empreendidas pelas médias).

É preciso conhecer as burguesias locais autônomas (ou não) das grandes, médias e pequenas cidades e perguntar: quais as classes dominantes das cidades em estudo (industriais, fazendeiros, comerciantes)? Suas dimensões em termos de capitais, quais seus negócios em expansão e onde se realizam? Uma comparação entre São Paulo e Guanabara revelará a fraqueza da burguesia industrial e comercial desta última. Mas a cidade é também o campo de investimentos de capitais externos: quais são suas dimensões, quais seus setores? A cidade é também uma força política, onde se concentra o poder das classes dominantes regionais e, como tal, ela tem um crescente papel nas alianças de classes dominantes (inclusive estrangeiras) e nos investimentos, como no caso do processo recente de industrialização de Belo Horizonte ou Curitiba. Além disto a cidade é um espaço onde vivem as diferentes classes sociais, consumindo habitação, serviços básicos, alimentos, cultura, recreação, etc. e por isto se estrutura internamente.¹⁵⁸

V

Quais as linhas de pesquisa válidas atualmente nos estudos urbanos? Elas são evidentemente muito numerosas, mas insistiremos apenas em duas:

1. O processo de industrialização continua despertando interesse entre economistas, historiadores e sociólogos, com poucas contribuições dos geógrafos. As explicações são fortemente divergentes, sendo possível distinguir três correntes principais: a) a ênfase sobre a substituição de importações (R. Simonsen, C. Furtado); b) emersão do empresário capitalista, principalmente o fazendeiro de café (USP – W. Dean); c) acumulação de capitais excepcional ocorrida na economia cafeeira de 1850 a 1895 (Unicamp: W. Cano, S.Silva). Entretanto parecem-nos mais corretas as observações ainda não consagradas de P. Bieguelman sobre a gênese do mercado interno.

O bloqueio dos ramos industriais desenvolvidos em São Paulo nos demais centros industriais e a recente reação de Belo Horizonte e Curitiba, aliados ao capitalismo

¹⁵⁸ Castells, M. reduz erroneamente a nosso ver a cidade à reprodução da força-de-trabalho; posfácio a *La question urbaine*.

monopolista estrangeiro; a desnacionalização de inúmeros ramos industriais; a industrialização das metrópoles regionais num processo de substituição de importações (mercado regional), mas sob o controle externo, a existência de três grandes mercados para certos produtos (Centro, Sul e Norte), são outros tantos temas a serem pesquisados.

2. As relações das cidades com sua hinterlândia agrária tem merecido alguns poucos estudos de migrações e abastecimento alimentar e praticamente nenhum sobre a drenagem de renda fundiária apropriada pelas cidades. Todos estes campos merecem interesse se lembrarmos, por exemplo, que as crises de abastecimento de leite para São Paulo e Guanabara, que vão se tornando permanentes, têm uma de suas raízes na coleta e transformação industrial (leite em pó, iogurtes etc.) de gigantescas quantidades realizadas no Brasil de sudeste pela Nestlé. Mas o mais impressionante é a falta de estudos sobre cidades e renda fundiária: 60 a 70% desta renda gerada pelo espaço agrário do oeste de São Paulo é carreada para as pequenas cidades (35 a 45%), para as capitais-regionais (11 a 20%) ou para São Paulo (4 a 12%) conforme as regiões. A ausência destes estudos leva o IBGE a classificar de industriais cidades basicamente de fazendeiros, como Patrocínio e Patos de Minas.